

TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO SOB O OLHAR DA IMPRENSA: a chegada dos “forasteiros” e do progresso à cidade de Vitória (ES, 1940-1960)

Lilian Rose Margotto

Professora do Departamento de Psicologia da UFES

“Mas, lêem-se jornais como se ama, com uma uma venda nos olhos. Ouve-se as doces expressões do redator-chefe como as de uma amante.”¹

Palco de controvérsias, vaidades e novidades, em uma cidade que ainda ensaiava seus primeiros passos no processo de urbanização, o jornal *A Tribuna* é adotado aqui como fonte para um estudo sobre costumes, valores e transformações durante duas décadas (1940 -1960) na Capital do Espírito Santo. Como veículo de comunicação impressa, dividia o espaço apenas com um outro jornal, *A Gazeta*, que atuava como contraponto às opiniões, principalmente aquelas de cunho político, emitidas pelo periódico aqui estudado.

A TV ainda não havia chegado. E, é por meio desse periódico que se encontra a previsão para início das transmissões e das transformações que poderiam estar em curso. Pelo tom da reportagem, era um fato muito esperado anunciado como algo irreal, mas que mesmo assim os leitores deveriam acreditar:

“Não tenham dúvida, a captação de imagens de programas de televisão do Rio e de São Paulo, em nossa Capital, será uma realidade dentro em breve.”²

1. PROUST, M. *O tempo redescoberto*. 4a. ed. Porto Alegre: Globo, 1971, p. 38.

2. PORTO, R. A televisão vai revolucionar Vitória. In: *A Tribuna*. Vitória: p. 5, 13/10/1960.

A *revolução* que o título da reportagem prevê, esbarra no recorte temporal adotado para esta pesquisa, que, no entanto, detecta em determinadas passagens do periódico a transformação insidiosa e lenta percebida por meio da perplexidade dos leitores e/ou jornalistas diante de certos fatos, dos dissabores que atormentavam alguns cidadãos revoltados com a ruptura da ordem anterior e do orgulho dos cronistas locais ao apregoarem as melhorias urbanas e a instalação de indústrias na região. São estes aspectos aparentemente contraditórios do processo de urbanização que serão tratados aqui.

Apenas em 1940, com a organização oficial do Porto de Vitória é que a cidade adquire um maior intercâmbio comercial com outros estados, aproximando-se dos principais portos brasileiros naquele momento, o de Santos e do Rio de Janeiro.³ A transformação do Porto de Vitória e o maior intercâmbio comercial daí decorrente atuaram como catalizadores do processo de urbanização, motivo pelo qual a década de 40 é adotada como ponto de partida neste estudo.

A reorganização do Porto trouxe expectativas novas em relação ao progresso que poderia ocasionar para a Cidade. Uma reportagem, de 1941, expressa algumas das expectativas que os capixabas acalentavam. O fato de ser uma cidade marítima, de posição considerada privilegiada frente ao estado de Minas Gerais, não só como exportadora, mas também como portadora de características inerentes a uma cidade que tinha tudo para se tornar cosmopolita. O Rio de Janeiro era adotado como parâmetro.

“Cidade marítima é sempre empório de comércio intenso, centro de tráfico contínuo, estância gozadora, cosmopolita. Seus portos teem a vibração incomum das populações adventícias, gastadoras e volúveis. (...) O Rio de Janeiro, a ‘Cidade Maravilhosa’, por excelência, é um exemplo, aliás, bem convincente do que pode realizar uma ‘política de turismo’ entre nós. O Rio é, pois, o paradigma da política que pleiteamos para Vitória.”⁴

A urbanização da Capital do Espírito Santo, simultaneamente tardia e súbita, também é passível de ser percebida na imprensa não só a partir de

3. SIQUEIRA, M. da P. *O Porto de Vitória. Expansão e modernização (1950 - 1993)*. Vitória: CODESA, 1994, p. 39.

4. CARVALHO, D. O. Vitória: centro de turismo. In: *A Tribuna*. Vitória: 23/11/1944, p. 8.

uma coleta das notícias ou das opiniões veiculadas, explícitas ou subentendidas, mas também pelas próprias características do periódico que é objeto de análise aqui, quando comparadas com as transformações ocorridas com a imprensa no Brasil.

Caracterizada como sendo opinativa até os anos 50 deste século, a imprensa brasileira foi perdendo esta característica tanto por razões de ordem política, como a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o governo Vargas, quanto pela própria lógica que doravante definiu a sobrevivência dos periódicos - concentrados, cada vez, mais nas mãos de grandes grupos empresariais que adotavam regras de redação unificadas, separando opinião de informação. As técnicas de redação condizentes com o novo estilo de jornalismo *objetivo*, permitiram a existência de diferenças de estilo de um periódico para outro, mas nivelaram o estilo e as opiniões no interior de um mesmo órgão.⁵

Por outro lado, é justamente essa forma pessoal com que o jornalista claramente emite opiniões a respeito dos fatos mais banais - como o aumento do preço da carne, ou um atropelamento - que permitiu a reunião de dados e informações sobre alguns aspectos da urbanização desta Cidade. Acontecimentos que, quando aparecem nas crônicas dos memorialistas, estão camuflados sob expressões de saudosismo nas quais se tentava imprimir uma imagem poética do antigo passado, de um progresso já presente, ou em um futuro muito próximo, saturado de todas as imagens comuns neste tipo de descrição - prédios altos, ruídos, trânsito caótico, violência, declínio dos padrões de comportamento, etc... Percebe-se então que as transformações no espaço urbano aparecem em A Tribuna de múltiplas maneiras, mas aqui apenas uma delas será analisada: o modo como as reportagens tratam da chegada dos migrantes e da sua inserção no espaço urbano.

Os teores dos comentários emitidos pelos jornalistas permitem uma análise muito clara dos propósitos desse Jornal no que range aos seus objetivos. Fica patente no texto de A Tribuna um distanciamento enorme das técnicas de redação que primam pela tentativa de objetividade e impessoalidade da linguagem. É justamente por não primar pela tentativa de objetividade, de uma linguagem asséptica, que meios de comunicação de massa como o jornal A Tribuna fornecem informações relevantes no que tange às mentalidades de uma época.

5. SEGUIN des HONS, A. de. *Le Brésil: presse et histoire (1930 -1985)*. Paris: Editions L' Harmattan, 1985, p. 14-15.

“Os mass media são os veículos e as matrizes privilegiadas das mentalidades”(...)”⁶

Assim, o Jornal expressa de forma muito clara o impacto que certas transformações no contexto urbano causam nos antigos moradores. O tão decantado *progresso* é perceptível não só por meio da menção às instalações de indústrias, estabelecimentos comerciais ou pela reorganização do espaço urbano, mas também pelas queixas a respeito de determinados fenômenos, inerentes ao processo de urbanização. Estas queixas que aparecem principalmente exprimindo uma ruptura com a ordem anterior, são tecidas quase sempre em torno dos personagens aos quais se atribui o papel de protagonistas das transformações, recebidas como uma ruptura com a ordem anterior. No caso de Vitória, os migrantes são os personagens principais para os quais se deve voltar o olhar para que se compreenda este outro lado da urbanização. Parcela crescente a partir dos anos 40 deste século, foram os migrantes que contribuíram de forma decisiva para que o perfil da Cidade e os hábitos da população se alterassem. E é a análise, ainda que superficial, sobre o modo como ocorreu sua inserção no contexto pesquisado que revela uma outra face, às vezes cruel, do processo de urbanização.

A mendicância também aparece de forma sistemática nas reportagens, que a tratam como um problema decorrente dos hábitos de pessoas pouco afeitas ao trabalho, ou outras que, sem a pretensão de analisar a origem desse mal, consideram que se deva simplesmente expurgá-lo do espaço urbano. Uma reportagem publicada em 1941 já identifica a presença da mendicância em Vitória, mas longe de apresentá-la como sintoma social, trata o problema como opção de vida de alguns indivíduos.

“A cidade está enfeitada de falsos mendigos. (...) Existem ainda homens e mulheres que percorrem o comércio, as repartições públicas e as casas de famílias solicitando auxílio, ora para tratar de um filho, de um marido (...) Acontece que a caridade é apenas uma palavra explorada por elementos sabidos, que procuram somente o seu interesse. E o povo vái caindo.”⁷

6. LE GOFF, J. *As mentalidades: uma história ambígua*. _____; NORA, P(org.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 77.

7. “A Tribuna”. *Falsos mendigos*. 05/08/1941, p. 8.

A chegada dos migrantes, a princípio vista com desconfiança pelos antigos moradores e, mais tarde, quando o fenômeno adquire maiores proporções, com laivos de hostilidade, pode ser mais bem entendida quando se analisa o conteúdo de certas reportagens. Em 1941, por exemplo, logo no início do processo de migração mais acentuado para o Estado, duas reportagens publicadas em um mesmo dia, trazem considerações interessantes sobre a prisão de dois baianos. O texto de uma delas é particularmente cristalino no que se refere à forma como determinados setores da população local percebem a vinda de pessoas de outras localidades com um intuito que não seja o de inserir-se em uma ordem já estabelecida. Elas são encaradas como os sujeitos de uma ruptura dessa ordem, ou talvez como a sua própria personificação, como fica evidente, na forma como o jornalista narra o fato:

“De quando em quando noticiamos nestas colunas, a prisão de larápios que aqui aportam não com o fim de procurar trabalho, na conquista do pão de cada dia, mas visando levarem uma vida de malandragem, explorando o próximo. (...)”⁸

Alguns anos depois, em 1944, uma reportagem coloca a situação da Cidade como estando insustentável sob este aspecto. E, o título do texto - *A Cidade está cheia de forasteiros* - não deixa qualquer dúvida quanto à procedência dos responsáveis pela insegurança que, no entender do jornalista, tomou conta de Vitória. O texto é revelador da desconfiança que os capixabas nutriam em relação àqueles provenientes de outros estados. A argumentação do autor parte do princípio de que os *da terra* não seriam capazes de cometer tais ações, dada a formação do seu caráter:

“Em plena luz do dia plantam-se esses audaciosos indivíduos nas ruas mais movimentadas e despreocupadamente, aguardam a oportunidade para assaltar a carteira do próximo. Sabemos perfeitamente que tais ocorrências não são praticadas por elementos da terra, pois o capichaba é de índole honesta e tem verdadeira aversão à malandragem.”⁹

Quinze anos após, uma nota, desta vez não relatando nenhum fato concreto, mas apenas para manifestar uma opinião, aparece para esclarecer

8. “A Tribuna”. *Furtou e foi parar na ‘gaiola’*. 07/ 08/ 1941, p. 8.

9. “A Tribuna”. *A Cidade está cheia de forasteiros*. 25/10/1944, p.8.

que os capixabas são receptivos aos que vêm de outros lugares, desde que estes procedam de acordo com determinadas condições. Entretanto, o teor deste trecho difere dos demais por enfatizar não mais um aspecto evidente e concreto dos que praticam atos desonestos, mas por demonstrar que existiam também outras formas e imagens que escapavam do estereótipo do pobre.

“Certo, Vitória está cheia de criaturas de fora, mas que a amam muito mais do que os seus próprios filhos. Todavia, com os bons, honestos e bem intencionados, vêm os desonestos e aventureiros, estes em pouco tempo, enquanto o diabo esfrega um olho, atingem posições com as quais os de casa jamais sonharam.(...) Vez por outra, a praça e a sociedade são lesadas por estranhos que nada mais são que larápios engravatados, cujos nomes passam a figurar nas colunas da ‘society’ ” (...)¹⁰

É provável que as peculiaridades do processo de urbanização pelo qual Vitória passou - simultaneamente tardia e súbita - tenham contribuído para que a sociedade local se mantivesse avessa aos que chegavam e desconfiada em relação àqueles que não conhecia. Um cronista local cita características do povo capixaba, a cautela e a desconfiança, demonstrando as vantagens decorrentes de tais hábitos :

(...)” o cuidado de se mostrar reservado com estranhos e desconhecidos tem feito com que no Espírito Santo os chamados ‘contos -do - vigário’ e outras fraudes conhecidas sejam raras.”¹¹

Entretanto, essa cautela em relação aos *desconhecidos* talvez fosse mais aplicada quando se tratava de um tipo particular: aqueles cujo perfil poderia ser descrito em uma palavra como sendo o de um *pobre*. O cuidado que o autor do texto acima, vinte anos após o marco que se adota aqui como início de um processo de migração mais intenso, recomenda com os *larápios engravatados*, talvez advenha justamente deste fato: a *reserva* do capixaba esmaecia-se quando o interlocutor, mesmo que proveniente de outras localidades, se apresentasse de acordo com uma imagem que, atendo-se aos padrões do vestir urbanos, não ferisse certos conceitos, e não revelasse pertencer

10. OLIVEIRA, A. *Forasteiros*. In: *A Tribuna*. 08/10/1960, p. 8.

11. VALLE, E. Q. do. *O estado do Espírito Santo e os espírito-santenses*. Rio de Janeiro: Apex, 1971, p. 52.

a uma classe desfavorecida. As reportagens que narram os golpes mais bem sucedidos, que demoraram a ser descobertos, são justamente aquelas que descrevem praticantes como pessoas *bem vestidas* ou de *aparência agradável*. Mas, sem dúvida, é o modo como os jornalistas narram estes fatos, com acentuada perplexidade ou como se eles fossem realmente fatalidades da qual dificilmente se conseguisse escapar, que acentua a metáfora de uma exclusão social muito apoiada em padrões que hoje seriam classificados como ingênuos.

Uma dessas reportagens serve para demonstrar a facilidade que as pessoas provenientes de outros lugares poderiam ter para penetrar mesmo naqueles círculos sociais aparentemente mais restritos. É descrito um tipo muito semelhante, sob todos os aspectos, àquele para cuja existência o cronista da reportagem citada, sobre os forasteiros *engravatados*, alertaria doze anos depois. É possível que nesse intervalo de mais de uma década que separa os dois fatos tenham ocorrido outros incidentes do mesmo tipo ou até que eles tenham se tornado bastante freqüentes. Trata-se de uma notícia sobre um *D. Juan granfino* que conseguira ludibriar a *alta roda* de Vitória, dizendo-se oficial da aeronáutica. Este sujeito já havia conseguido “*frequentar as sedes de nossas melhores sociedades bem como (...) uma galeria de quinze fotografias com dedicatórias de senhoritas da sociedade*” (...)¹². O modo e o motivo que levaram à descoberta de que o mencionado sujeito não possuía os atributos que propagava é que não foram esclarecidos no texto do jornal que, possivelmente por decoro em relação aos que se sentiram ludibriados, só cita a existência de *queixas* recebidas pela polícia.

Contudo, as considerações precedentes sobre as características do povo que habitava a Ilha de Vitória ganham contornos mais precisos quando se observam outros detalhes sobre o modo como as reportagens tratam das ocorrências policiais protagonizadas por pessoas provenientes de outros estados.

A reportagem citada a seguir, tomada como exemplo, entre muitas outras do mesmo teor encontradas, apresenta certas características que são recorrentes nos textos do Jornal: o fato de citar o nome completo e procedência (quando de outra localidade) ou residência (quando residente em Vitória) dos envolvidos nos roubos, assaltos, acidentes, etc. Tal procedimento é corriqueiro. Entretanto,

12. “A Tribuna”. *Se dizia oficial da aeronáutica e foi preso*. 22/01/1948, p. 8. Os termos entre aspas foram retirados da própria reportagem.

quando se trata de uma denúncia sobre alguém ou sobre os filhos de alguma família que *tinha um nome a zelar*, utiliza-se sujeito indeterminado e, em algumas ocasiões, ameaça-se publicar o nome dos envolvidos no caso de persistirem com os costumes que estão sendo condenados.

Várias são as reportagens nas quais o procedimento adotado era este. Utilizamos aqui como exemplo uma que está ao lado de uma outra reportagem sobre um ladrão de pão - cita-se o nome completo e o apelido (Mineirinho) - que, após *alguns 'carinhos' que lhe foram dispensados pela polícia*, confessou o crime. É ao lado deste texto no qual a atitude da polícia é louvada, que em tom de aborrecimento, como se estivesse frente a uma algazarra de crianças, o Jornal relata - e ameaça divulgar os nomes - que um grupo de *mocinhos bonitos* que fazia depredações de toda ordem no Moscoso, na época o principal parque da Cidade.¹³

Uma atitude assim, no sentido de ameaçar revelar o nome, possivelmente só era dotada de eficácia em um lugar onde as pessoas conheciam umas às outras e a revelação do nome não deixava dúvidas sobre o sujeito que era o objeto das considerações. Os desmentidos ou correções publicados no próprio jornal confirmam a assertiva anterior. Um exemplo é uma reportagem publicada na coluna *Polícia e ruas*, intitulada *Batalhão de Tarzans* que efetuava uma denúncia sobre um grupo de “moleques” que empunhavam armas e provocam balbúrdia em plena praça de um bairro bastante populoso sob o comando de alguns adultos que, além de os incitarem a toda sorte de atos agressivos, também os maltratavam. No dia seguinte, o Jornal publica uma carta de um dos indivíduos citados, na qual ele desmente o conteúdo da reportagem:

(...)” Não temos ‘gangsters’ entre nós e dos maus tratos que se dá a meninos é pura mentira e maldade do denunciante. As armas que possuímos é um bastãozinho e nada mais.”¹⁴

Pode-se entender o emprego deste tipo de linguagem e a existência deste tipo de espaço como decorrente de uma postura de denúncia que o Jornal assumia e de um caráter opinativo perceptível sobre quase todas as reportagens

13. As reportagens são, respectivamente: “O Mineirinho’ foi ajustar contas com a polícia”, e “Tirem a máscara, moleques”. *A Tribuna*. 15/11/1944, p. 8.

14. OLIVEIRA, L. Batalhão de Tarzans. In: *A Tribuna*. 24/10/1945, p.2.

publicadas. Denúncias que recaíam tanto sobre questões de ordem moral quanto sobre a carestia de um produto, um atendimento grosseiro, ou a falta de asseio em um restaurante. As páginas policiais exerciam assim uma função que se assemelhava, em muitos aspectos, a um *alerta* à população. Em 1945, aparece uma coluna intitulada *O povo reclama*, que doravante separará as denúncias dos leitores das reportagens policiais. Essas últimas, entretanto, continuarão a ter um caráter eminentemente opinativo durante todo o período pesquisado.

Observa-se que as reportagens que tratam de denúncias sobre comportamentos considerados inadequados para o espaço urbano, versam principalmente sobre a necessidade de se preservar determinados valores e costumes que seriam próprios da cidade de Vitória. Nesse sentido, os meios de comunicação de massa podem ser tomados também como instrumentos de difusão de determinados padrões de comportamento inerentes ao modelo de vida urbano, atuando como uma agência socializadora, ou normatizadora de costumes.¹⁵ Tais características devem ser consideradas, no caso do Brasil, como estando presentes a partir dos anos 30 deste século e, quando transpostas para Vitória, após os anos 40. É possível perceber que, no início dos anos 40, este fenômeno aparece de forma ainda incipiente, mas recrudescer à medida que o processo de urbanização e a migração aumentam.

• • •

15. LOPES, M. I. V. *Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, 1994, p. 18.